

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Exercício com acolhimento transforma vida de pessoas com autismo

Imagine entrar em uma academia onde o som parece alto demais, a luz incomoda e estímulos surgem por todos os lados. Para muitas pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), essa não é uma situação hipotética, mas, sim, a realidade que muitos enfrentam ao tentar praticar exercícios físicos.

O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta, em diferentes graus, comunicação, linguagem, interação social e comportamento. No Brasil, cerca de 2,4 milhões de pessoas têm diagnóstico de autismo, segundo o Censo de 2022. O número ajuda a dimensionar um desafio pouco discutido: como os estabelecimentos com oferta de atividades físicas podem se preparar para recebê-las melhor.

As barreiras não são apenas sociais ou sensoriais. Pessoas autistas frequentemente apresentam condições associadas, como distúrbios do sono, alterações metabólicas e gastrointestinais e maior risco de ganho de peso.

Nesse cenário, a prática regular de atividade física é não apenas recomendada, mas, também, parte importante do cuidado com a saúde, o que torna o papel do profissional de Educação Física indispensável. Mas o sucesso dessa prática depende diretamente de como o ambiente e o atendimento são conduzidos. Espaços com excesso de estímulos e a ausência de previsibilidade podem transformar o exercício em uma experiência desafiadora, levando ao abandono da atividade.

Entender as especificidades de cada indivíduo faz parte da atuação do profissional de Educação Física. No atendimento a pessoas com espectro autista, essa atenção se torna ainda mais necessária. Cabe, portanto, ao profissional compreender o funcionamento corporal do aluno e adaptar o ambiente para que a prática seja segura, confortável e acolhedora.

Mais do que possibilitar a prática de exercícios, o atendimento adequado amplia a participação social de pessoas com TEA. Quando o ambiente é compreendido, estruturado e conduzido por profissionais preparados, o que antes era uma fonte de sobrecarga se transforma em oportunidade de desenvolvimento, autonomia e qualidade de vida.

À medida que a Educação Física avança em formação e conhecimento, cresce também a capacidade de incluir de forma real. O futuro do atendimento passa menos por adaptações improvisadas e mais por preparo técnico e sensibilidade profissional.

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- No trecho “O número ajuda a dimensionar um desafio pouco discutido: como os estabelecimentos com oferta de atividades físicas podem se preparar para recebê-las melhor.”, o pronome “las” exerce função anafórica, retomando o referente plural “atividades físicas”.
- No período “Imagine entrar em uma academia onde o som parece alto demais, a luz incomoda e estímulos surgem por todos os lados.”, o termo “onde” está empregado em conformidade com a norma-padrão, visto que introduz uma oração subordinada adjetiva cuja referência é locativa.
- A partir da construção “Espaços com excesso de estímulos e a ausência de previsibilidade podem transformar o exercício em uma experiência desafiadora, levando ao abandono da atividade.”, pode-se inferir que ambientes inadequados às necessidades sensoriais e comportamentais de pessoas com TEA constituem fator de risco para a interrupção da prática de atividades físicas por esse grupo.
- Em “Cabe, portanto, ao profissional compreender o funcionamento corporal do aluno e adaptar o ambiente para que a prática seja segura, confortável e acolhedora.”, a forma verbal “seja” está no modo subjuntivo em razão da presença da conjunção subordinativa “para que”, a qual, por introduzir oração de finalidade, exige, obrigatoriamente, esse modo verbal na oração que a sucede.
- No período “Quando o ambiente é compreendido, estruturado e conduzido por profissionais preparados, o que antes era uma fonte de sobrecarga se transforma em oportunidade de desenvolvimento, autonomia e qualidade de vida.”, o pronome “se”, em “se transforma”, poderia ser suprimido sem prejuízo gramatical nem alteração de sentido.
- No trecho “As barreiras não são apenas sociais ou sensoriais. Pessoas autistas frequentemente apresentam condições associadas, como distúrbios do sono, alterações metabólicas e gastrointestinais e maior risco de ganho de peso.”, o segundo período mantém relação de coordenação explicativa com relação ao primeiro, pois desenvolve e especifica o conteúdo da afirmação anterior, detalhando quais são as barreiras a que o texto se refere.

- 7 Na construção “Nesse cenário, a prática regular de atividade física é não apenas recomendada, mas, também, parte importante do cuidado com a saúde, o que torna o papel do profissional de Educação Física indispensável.”, o adjetivo “indispensável” exerce a função de predicativo do sujeito “o papel do profissional de Educação Física”, concordando com ele em gênero e número, razão pela qual está no masculino singular.
- 8 No fragmento “O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta, em diferentes graus, comunicação, linguagem, interação social e comportamento.”, todas as vírgulas foram empregadas com base na mesma regra de pontuação, ou seja, isolar elementos de mesma função sintática que compõem uma enumeração.

Texto para os itens de 9 a 16.

Obesidade: a prevenção evita complicações futuras na saúde da população

A obesidade é o excesso de gordura corporal em quantidade que prejudica a saúde. Diabetes tipo 2, hipertensão arterial, sobrecarga nas articulações, apneia obstrutiva do sono e infiltração de gordura no fígado que pode evoluir para cirrose são alguns dos problemas que o excesso de gordura pode provocar. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2024, 62,6% dos brasileiros adultos estavam com excesso de peso; e 25,7%, com obesidade.

O aumento de peso pode contribuir para ampliar o risco de doenças cardiovasculares e vários tipos de câncer. “Por isso, combater a obesidade é agir também no controle e na prevenção de diversas doenças”, afirma o médico João Regis Carneiro.

“Observamos um aumento da prevalência de transtornos do comportamento alimentar em mais de 30% das pessoas que buscam ajuda para perder peso. Além disso, houve a ampliação de casos de ansiedade e depressão, condições que podem promover o aumento de peso, mas também são alimentadas pela obesidade”, destaca João Regis. O profissional evidencia que alguns fármacos para o tratamento da depressão e outras doenças relacionadas à saúde mental também podem implicar ganho de peso.

É importante salientar também que uma criança obesa tem grande probabilidade de se tornar um adulto obeso com risco de desenvolver doenças que impactarão sua qualidade e expectativa de vida. Além da genética, alguns fatores também contribuem, como a má alimentação, a falta de atividade física, o tempo excessivo em frente a telas, a má qualidade do sono, entre outros.

Além disso, o uso indiscriminado de medicamentos antiobesidade pode levar a várias complicações e efeitos colaterais, como pancreatite e outros distúrbios. Com isso, mudar o estilo de vida é uma condição indispensável no tratamento da obesidade. O paciente é protagonista da sua história. Portanto, é sua responsabilidade assumir o tratamento e seguir uma vida com mais saúde e com acompanhamento multiprofissional.

Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 9 No fragmento “Observamos um aumento da prevalência de transtornos do comportamento alimentar em mais de 30% das pessoas que buscam ajuda para perder peso.”, o vocábulo “prevalência” expressa a ideia de qualidade do que se sobressai ou do que se manifesta com maior frequência e poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido do período, por **predomínio**.
- 10 No trecho “Com isso, mudar o estilo de vida é uma condição indispensável no tratamento da obesidade.”, o conectivo “Com isso” introduz uma relação de concessão entre a ideia anterior (o uso indiscriminado de medicamentos antiobesidade e os seus efeitos colaterais) e a conclusão de que mudar o estilo de vida é indispensável.
- 11 O período “Além disso, o uso indiscriminado de medicamentos antiobesidade pode levar a várias complicações e efeitos colaterais, como pancreatite e outros distúrbios.” poderia ser reescrito, preservando o sentido original e a correção gramatical do texto, da seguinte forma: **Ademais, a utilização sem critério de fármacos contra a obesidade pode acarretar diversas complicações e efeitos adversos, a exemplo de pancreatite e outros distúrbios.**
- 12 Suponha-se que um agente de fiscalização tenha elaborado um parecer técnico sobre políticas de saúde pública relacionadas à obesidade e que tenha empregado a formulação “os dados epidemiológicos indicam correlação entre excesso de peso e incremento do risco de doenças cardiovasculares e neoplasias”. Nesse caso, é correto afirmar que o agente teria adotado um registro linguístico adequado ao contexto formal do documento.
- 13 No trecho “O profissional evidencia que alguns fármacos para o tratamento da depressão e outras doenças relacionadas à saúde mental também podem implicar ganho de peso.”, o acento grave em “à saúde mental” é indevido, pois a palavra “relacionadas” rege a preposição “com”, e não a preposição “a”, o que não justificaria a ocorrência de crase nesse período.
- 14 Em “É importante salientar também que uma criança obesa tem grande probabilidade de se tornar um adulto obeso com risco de desenvolver doenças que impactarão sua qualidade e expectativa de vida.”, o trecho “de se tornar um adulto obeso” funciona como complemento nominal do substantivo “probabilidade”.
- 15 No período “Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2024, 62,6% dos brasileiros adultos estavam com excesso de peso; e 25,7%, com obesidade.”, a vírgula empregada logo após “25,7%” é dispensável, uma vez que o ponto e vírgula anterior já delimita suficientemente os dois membros da enumeração, tornando o uso da vírgula redundante e contrário à norma culta.
- 16 Conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as palavras “antiobesidade” e “cardiovasculares”, presentes no texto, estão corretamente grafadas, entretanto “multiprofissional” deveria ser grafada com hífen, por ser formada pelo prefixo “multi-”, que é seguido de uma palavra iniciada por consoante.

Em uma pesquisa interna realizada com servidores de um órgão público, verificou-se que 420 servidores participavam de, pelo menos, uma das seguintes ações institucionais: programa de capacitação; comissão de qualidade; e projeto de inovação. A partir desse contexto, sabia-se que:

- 189 servidores participavam do programa de capacitação;
- 231 servidores participavam da comissão de qualidade;
- 98 servidores participavam do projeto de inovação; e
- nenhum servidor participava simultaneamente das 3 ações.

Assim sendo, as quantidades de servidores que participavam simultaneamente de capacitação e comissão de qualidade, de capacitação e projeto de inovação, bem como de comissão de qualidade e projeto de inovação, estão, respectivamente, na razão 4:2:1.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 17** A quantidade de servidores que participavam simultaneamente da comissão de qualidade e do projeto de inovação é inferior a 10.
- 18** Mais de 60 servidores participavam exclusivamente do projeto de inovação.
- 19** A quantidade de servidores que participavam simultaneamente do programa de capacitação e do projeto de inovação é igual a 28.

Em um teste composto de questões do tipo certo ou errado, adotou-se o seguinte critério de pontuação:

- +5 pontos para cada resposta correta;
- -3 pontos para cada resposta incorreta; e
- 0 ponto para questão deixada em branco.

Nesse íterim, um candidato respondeu a 42 questões e obteve 106 pontos.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 20** O número de questões que o candidato acertou foi superior a 30.
- 21** Mantida a quantidade de 42 questões respondidas, se o candidato tivesse errado o dobro da quantidade de questões que efetivamente errou, a sua pontuação seria inferior a 10 pontos.

Um Conselho Regional precisava realizar o deslocamento de um servidor entre duas unidades administrativas situadas em cidades distintas, que eram separadas por 240 km. Para esse deslocamento, poderia ser utilizado um veículo oficial abastecido, exclusivamente, com um dos seguintes combustíveis:

- gasolina, com rendimento de 12 km por litro; e
- etanol, com rendimento de 8 km por litro.

Dessa forma, sabia-se que o preço do litro da gasolina era de R\$ 6,40.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 22** O custo total do deslocamento entre as duas unidades, utilizando exclusivamente gasolina, é superior a R\$ 125 e inferior a R\$ 130.
- 23** Para que o custo total do deslocamento seja o mesmo com qualquer um dos dois combustíveis, o preço do litro do etanol deverá ser superior a R\$ 4,70.

Em um órgão público, dois servidores ingressaram, no mesmo ano, em programas distintos de capacitação. No ano A, as respectivas idades desses servidores correspondiam, numericamente, às raízes da equação do 2º grau a seguir.

$$x^2 - 36x + 315 = 0$$

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 24** No ano A, a soma das idades dos servidores era superior a 40 anos.
- 25** No ano A, o servidor mais velho tinha idade superior em mais de 35% à idade do servidor mais novo.

Em um órgão público, durante um procedimento de contingência em sistema informatizado, um servidor deveria selecionar aleatoriamente, sem reposição, um dispositivo lacrado de armazenamento, entre aqueles disponíveis para a restauração imediata de dados. Considerando-se, então, esse contexto, sabia-se que havia 10 dispositivos, dos quais:

- 1 continha a versão correta e íntegra dos dados necessários para o restabelecimento imediato do sistema;
- 7 continham versões incompatíveis, impossibilitando a continuidade do procedimento; e
- 2 continham arquivos neutros, que não permitem a restauração, mas possibilitam nova tentativa de seleção.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26** A probabilidade de o servidor ter uma segunda chance para selecionar o dispositivo correto é inferior a 25%.
- 27** Caso o servidor tenha uma segunda chance, a probabilidade de selecionar o dispositivo correto, na segunda tentativa, será igual a $\frac{1}{9}$.
- 28** A probabilidade de inviabilização imediata do procedimento, já na primeira tentativa, é superior a 70%.



ANOTAÇÕES

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca das noções de informática, dos aplicativos, dos sistemas operacionais, das redes de computadores e da segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 29 Em planilhas eletrônicas, as fórmulas podem utilizar referências a outras células para a execução automática de cálculos.
- 30 Os sistemas operacionais móveis são responsáveis pelo gerenciamento de recursos de hardware e pela execução de aplicativos em dispositivos portáteis.
- 31 O backup incremental copia todos os arquivos existentes no sistema a cada nova execução do procedimento de backup.
- 32 Na computação em nuvem, o agrupamento de recursos permite que diferentes consumidores compartilhem infraestrutura computacional de forma dinâmica.

Com relação aos recursos computacionais, às redes de computadores, aos serviços de Internet e aos sistemas operacionais, julgue os itens seguintes.

- 33 A transmissão de dados na Internet pode envolver múltiplos enlaces de comunicação entre a origem e o destino dos pacotes.
- 34 No modelo de computação em nuvem, os recursos computacionais permanecem, obrigatoriamente, limitados à capacidade física disponível no dispositivo do usuário final.
- 35 Os navegadores web podem armazenar informações temporárias localmente para que se otimize o carregamento de páginas acessadas com frequência.
- 36 Memórias RAM são utilizadas para o armazenamento permanente de dados, mantendo-se, dessa forma, as informações intactas, mesmo após o desligamento do equipamento.

Quanto aos aplicativos de escritório, ao gerenciamento de processos, ao armazenamento em nuvem, aos serviços de correio eletrônico e à comunicação em redes de computadores, julgue os itens a seguir.

- 37 Em redes com comutação de pacotes, diferentes pacotes pertencentes à mesma comunicação podem percorrer caminhos distintos até o destino.
- 38 No Windows, o encerramento de um processo pelo sistema operacional implica, obrigatoriamente, a exclusão automática dos arquivos associados ao programa executado.
- 39 Nas planilhas eletrônicas, as referências absolutas modificam, automaticamente, as suas coordenadas de linha e de coluna durante a cópia de fórmulas.
- 40 Na computação em nuvem, os recursos computacionais podem ser disponibilizados rapidamente ao consumidor, com um esforço mínimo de gerenciamento.



CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando a natureza autárquica do Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região (CREF-11) e o seu Regimento Interno, julgue os itens a seguir.

- 41 Uma vez contratado no CREF-11, o empregado estabelecerá vínculo hierárquico com a União, que, por força da Lei nº 9.696/1998, criou CREFs e CONFEF.
- 42 O CREF-11, dirigido e organizado pelos próprios profissionais, possui vínculo administrativo com a União.
- 43 A característica autárquica do CREF-11 concede-lhe autonomia patrimonial, orçamentária e política.
- 44 Em relação às atividades nas áreas de atividades físicas, dos exercícios físicos e do desporto, o CREF-11 atua como órgão legislador.

Ao ser solicitada a identidade de um profissional de educação física, este apresentou a sua carteira de identificação profissional (CIP) – expedida pelo CREF-11 com observância ao que é estabelecido pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) na forma digital –, cuja apresentação foi negada, o que fez com que fosse solicitada a apresentação de outro documento.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 45 Por ter fé pública, a CIP deve ser aceita.
- 46 A CIP é fornecida sob a forma numerada e assinada pelo presidente do CONFEF.

Quanto ao valor da inscrição e à anuidade, julgue os itens a seguir, de acordo com o Regimento Interno do CREF-11.

- 47 A inscrição realizada no CREF-11 terá a sua taxa paga diretamente ao Conselho desta jurisdição.
- 48 Os valores das anuidades serão fixados anualmente.
- 49 A partir do ano de 2026, o pagamento da anuidade ao CREF-11 será facultativo para os profissionais nascidos no ano de 1966.

Acerca da área de abrangência do CREF-11, bem como das suas competências exclusivas, julgue os itens seguintes.

- 50 É de competência do CREF-11 aprovar anualmente as suas próprias contas, as quais devem ser encaminhadas ao CONFEF até o dia 31 de maio.
- 51 Incumbe ao CREF-11 incentivar e contribuir para o aprimoramento científico e cultural dos profissionais de educação física.
- 52 Cabe ao CREF-11 receber subvenções de qualquer natureza.
- 53 Compete ao CREF-11 publicar, ao término de cada mandato, os atos exigidos por lei pertinente.

Dois profissionais de educação física, que eram recém-inscritos no Conselho e já atuantes na área, debatiam as obrigações e os limites impostos a eles, de acordo com o Código de Ética, uma vez que um deles atuava exclusivamente em ambiente virtual; e o outro, de forma presencial.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 54 O Código de Ética aplica-se integralmente para a atuação profissional presencial. Todavia, há uma seção específica para o ambiente virtual.
- 55 O registro de ambos os profissionais no Sistema CONFEF/CREFs implica a total aceitação das normas e dos princípios contidos no Código.

- 56 Caso haja concordância entre os profissionais em alterar a forma de atuação, eles poderão realizar a transferência da prestação do serviço, desde que isso seja assentido pelos beneficiários.
- 57 Os profissionais estão eximidos de observar as normas de conduta um do outro, visto que a fiscalização do exercício profissional compete exclusivamente ao Conselho.

De acordo com a Lei Federal nº 9.696/1998, que regulamenta a profissão de educação física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, julgue os itens seguintes.

- 58 O profissional que possui diploma em educação física que fora expedido por instituição de ensino superior estrangeira deverá cursar graduação autorizada ou reconhecida pelo Ministério da Educação para ser inscrito no quadro do Conselho Regional de Educação Física (CREF).
- 59 Aos conselheiros escolhidos em eleição direta será admitida uma reeleição.
- 60 É de competência do CREF-11 publicar mensalmente a relação dos profissionais e das pessoas jurídicas registrados.
- 61 O CREF-11 poderá promover evento e auferir receita por meio dele.
- 62 Uma vez que o profissional de educação física estiver devidamente registrado no CREF-11, caberá ao CONFEF a expedição da CIP.
- 63 Será inscrito no CREF-11 o profissional que comprovar ter exercido atividades próprias dos profissionais de educação física no período de 1999 a 2003.
- 64 Impende ao profissional de educação física prestar serviço de auditoria na área de atividade física e do desporto.

Com base no Código de Ética, julgue os itens a seguir.

- 65 Mesmo sem ter estado sob orientação, o profissional de educação física que estiver, devidamente, registrado no Conselho deverá assinar relatórios elaborados por seu superior imediato.
- 66 Não é permitido ao profissional de educação física, em segredo ou publicamente, afirmar a um profissional de educação física ingressante na profissão que este seja menos competente e capacitado para atuar na área do que outro profissional mais experiente.
- 67 Caso seja confiada ao profissional de educação física uma informação sigilosa em sua área de atuação, a sua divulgação será proibida, salvo em situações de exclusivas exceções.
- 68 Suponha-se que um profissional de educação física esteja ciente da ocorrência de uma transgressão do Código de Ética e que ele se tenha mantido omissos frente à situação, não a denunciando ao CREF-11. Nesse caso, é correto afirmar que a referida omissão incide em infração ética do profissional.
- 69 Suponha-se que uma pessoa atue como *personal trainer* sem ter se registrado no Sistema CONFEF/CREFs. Nesse caso, é correto afirmar que o profissional está isento de infração, uma vez que ele possui formação superior completa (bacharelado) em educação física e experiência comprovada na área.
- 70 É dever do profissional de educação física declarar publicamente os motivos de renunciar as suas funções, tão logo se verifique falta de confiança por parte do beneficiário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com Häberle, o Estado constitucional caracteriza-se pela dignidade humana como premissa antropológico-cultural, pela soberania popular e pela divisão dos poderes, pelos direitos fundamentais e pela tolerância, pelos partidos políticos e pela independência dos tribunais. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir.

- 71** A separação dos poderes no âmbito constitucional é um processo de distribuição e de integração racionalizada das funções e dos órgãos de Estado, de modo a garantir condições para sua eficiência, limitar o risco de arbítrio e promover os direitos fundamentais.
- 72** A soberania popular possui, na dignidade humana, o seu primeiro fundamento, mas também o seu último, no sentido de sua finalidade.
- 73** É compatível com o texto constitucional, em razão do princípio da dignidade humana, a ideia de um direito ao esquecimento, que é assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos.

Acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil e da repartição de competências entre os entes federados, julgue os itens seguintes.

- 74** Compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, instituir e arrecadar os tributos de sua competência e prestar serviços públicos de interesse local.
- 75** Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos municípios, mas é-lhe vedado legislar sobre matérias de competência dos estados-membros.
- 76** É competência privativa da União legislar acerca do direito civil, do penal, do processual e do eleitoral, sendo vedada a delegação aos estados-membros para legislar a respeito de qualquer aspecto dessas matérias.
- 77** A saúde e a assistência pública são competências administrativas comuns dos entes federativos, sendo concorrente entre União, estados e Distrito Federal a competência legislativa para a proteção e a defesa da saúde, cabendo aos municípios suplementar a legislação, devendo ser observado o interesse local.

No que se refere à arguição de descumprimento de preceito fundamental, ao controle difuso de constitucionalidade e à cláusula de reserva de plenário, julgue os itens a seguir.

- 78** A arguição de descumprimento de preceito fundamental será proposta perante o Supremo Tribunal Federal e, na hipótese de existir outro meio eficaz para sanar a lesividade, deverá ser admitida como instrumento concorrente.
- 79** Em controle difuso de constitucionalidade exercido por órgão fracionário de tribunal, será dispensada a observância da cláusula de reserva de plenário, quando houver pronunciamento anterior do plenário ou do órgão especial do próprio tribunal sobre a questão.

- 80** A decisão em sede de controle difuso de constitucionalidade produz, em regra, efeitos *inter partes* e *ex nunc*, sendo vedada a modulação temporal de seus efeitos.

O presidente da República editou uma medida provisória dispondo acerca do direito eleitoral. A medida provisória foi apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional, sendo convertida em lei ordinária, sem alterações substanciais. Posteriormente, um partido político com representação no Congresso Nacional ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, impugnando a lei de conversão.

Considerando essa situação hipotética e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens seguintes.

- 81** O direito eleitoral integra o rol de matérias vedadas à disciplina por medida provisória.
- 82** A medida provisória é compatível com a Constituição Federal de 1988, podendo ser regularmente convertida em lei ordinária pelo Congresso Nacional, desde que estejam presentes os pressupostos de relevância e de urgência.
- 83** A medida provisória pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade desde sua edição, ainda que esteja pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.
- 84** O vício de inconstitucionalidade da medida provisória pode ser sanado por deliberação expressa do Congresso Nacional, hipótese na qual a lei de conversão é considerada válida desde sua origem.
- 85** A propositura da ação direta de inconstitucionalidade exige o prévio esgotamento das vias políticas de controle perante o Congresso Nacional.

Acerca da organização da Administração Pública e das entidades que compõem a administração indireta, julgue os itens a seguir.

- 86** As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado – criadas por autorização legislativa –, sendo a empresa pública dotada de capital exclusivamente público.
- 87** A criação de subsidiárias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, bem como a participação de qualquer delas em empresa privada, dispensam autorização legislativa, por se tratar de matéria *interna corporis*.
- 88** As agências reguladoras são criadas mediante autorização legislativa e exercem atividade de regulação setorial sob subordinação hierárquica do ministério supervisor, podendo os seus dirigentes ser, livremente, exonerados pelo presidente da República a qualquer tempo.

A definição da natureza jurídica dos conselhos de fiscalização profissional foi objeto de longa controvérsia doutrinária e jurisprudencial, somente pacificada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 1717, que firmou o entendimento de tratar-se de entidades integrantes da administração pública indireta. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes, considerando o regime jurídico-administrativo aplicável a tais entidades.

- 89** Os conselhos de fiscalização profissional possuem natureza jurídica de pessoas jurídicas de direito privado, sujeitando-se ao regime trabalhista celetista.
- 90** As anuidades cobradas pelos conselhos de fiscalização profissional possuem natureza tributária, sendo a sua cobrança feita por meio de execução fiscal.
- 91** Os atos praticados pelos dirigentes dos conselhos de fiscalização profissional, no exercício de função pública, podem ser impugnados por meio de mandado de segurança, sendo competente a justiça federal para seu processamento e julgamento.
- 92** Eventuais litígios trabalhistas envolvendo os empregados dos conselhos de fiscalização profissional contratados pelo regime celetista são da competência da justiça federal.

Uma autarquia federal, cujo quadro de pessoal é formado por servidores públicos, no exercício do controle de seus atos, instaurou procedimento administrativo para apurar irregularidade em contratação celebrada há quatro anos, da qual decorreram benefícios financeiros para a empresa de prestação de serviços de limpeza. Em outro processo, a mesma autarquia pretendia aplicar sanção de impedimento de licitar e contratar contra essa mesma empresa contratada por inexecução parcial do contrato.

A partir dessa situação hipotética e considerando a legislação aplicável, julgue os itens a seguir.

- 93** O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- 94** Na hipótese de constatada irregularidade no procedimento de contratação, a anulação do contrato pela autarquia produzirá efeitos *ex nunc*, preservando-se os efeitos já produzidos em favor do particular de boa-fé.
- 95** A sanção de impedimento de licitar e contratar tem prazo máximo de três anos.
- 96** A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar exige instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis.
- 97** A inexecução parcial do contrato enseja a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar pela autarquia.
- 98** Os serviços de limpeza contratados pela autarquia federal classificam-se como serviços comuns, podendo ser licitados pela modalidade pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Uma adolescente com 17 anos de idade completos era estudante e exercia, com habitualidade, atividade remunerada como influenciadora digital, possuindo economia própria e registro comercial.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, acerca do regime da capacidade no Código Civil.

- 99** Em razão da atividade remunerada habitual e da economia própria dela decorrente, a jovem é considerada plenamente capaz, operando-se a emancipação legal independentemente de outorga dos pais.
- 100** Ainda que a jovem não tivesse economia própria, os seus pais poderiam emancipá-la voluntariamente, por instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- 101** A emancipação da jovem, decorrente do exercício de atividade remunerada com economia própria, não exonera os seus pais de eventual responsabilidade civil por atos ilícitos por ela praticados.

Quanto ao regime dos negócios jurídicos, dos prazos prescricionais e decadenciais no Código Civil, julgue os itens a seguir.

- 102** São considerados defeitos do negócio jurídico o erro, o dolo, a coação, o estado de perigo, a lesão e a fraude à execução.
- 103** A pretensão de reparação civil prescreve em três anos, a serem contados da data da violação do direito.
- 104** Na ausência de um prazo específico, o prazo geral de prescrição previsto no Código Civil será de cinco anos.

O Código Civil de 2002 disciplina o regime geral das obrigações e dos contratos, consagrando princípios como a função social do contrato, a boa-fé objetiva e a autonomia privada. Considerando essa informação, julgue os itens seguintes.

- 105** A solidariedade obrigacional não se presume, pois resulta da lei ou da vontade das partes.
- 106** O inadimplemento da obrigação positiva e líquida, em seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor, o que dispensa a interpelação.
- 107** Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo essa garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

Acerca das normas fundamentais do processo civil e da formação do processo, julgue os itens a seguir, à luz do Código de Processo Civil (CPC) de 2015.

- 108** O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes a oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual se deva decidir de ofício.
- 109** Há litispendência quando se reproduz ação anteriormente ajuizada, sendo idênticas as partes, a causa de pedir e o pedido, ainda que a primeira ação tenha sido extinta sem resolução de mérito.

110 O ato atentatório à dignidade da justiça praticado pela parte sujeita-se à multa de até 10% sobre o valor da causa, que será revertida em favor do advogado da parte contrária.

Após o trâmite regular de um processo no juízo da Vara da Fazenda Pública, foi prolatada sentença favorável a determinada autarquia federal. A parte vencida pretendia interpor recurso, enquanto a autarquia já se preparava para a fase de cumprimento de sentença.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, a respeito do regime recursal e executivo no CPC, bem como do processo judicial eletrônico.

111 O cumprimento de sentença que reconhece a obrigação de pagar quantia certa far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios também de 10%.

112 Se o recurso da parte vencida estiver pendente, a autarquia poderá promover, desde logo, o cumprimento provisório da sentença, correndo a execução por sua conta e risco.

113 Ao ser interposta a apelação, a autarquia terá 15 dias úteis de prazo para as contrarrazões.

Quanto à competência da justiça do trabalho, aos procedimentos nos dissídios individuais e aos recursos trabalhistas, julgue os itens a seguir.

114 O *jus postulandi* das partes alcança a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do referido tribunal.

115 O prazo para a interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de agravo de instrumento e de recurso de revista na justiça do trabalho é de cinco dias.

116 A reconvenção é incabível no processo do trabalho.

117 Compete à justiça do trabalho processar e julgar as ações que envolvam o exercício do direito de greve, bem como as ações a respeito da representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

De acordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa –, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, julgue os itens seguintes.

118 Para a configuração do ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, é necessária a comprovação do dolo específico do agente em obter vantagem patrimonial indevida e do efetivo proveito por ele auferido em razão do exercício do cargo.

119 O agente que induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade administrativa estará sujeito às sanções da Lei nº 8.429/1992, ainda que não seja servidor público.

120 A sanção de perda dos direitos políticos prevista na Lei de Improbidade Administrativa pode ser aplicada pela autoridade administrativa competente, no curso de processo administrativo, sendo dispensada decisão judicial transitada em julgado.



ANOTAÇÕES